| **CHECKLIST PARA POSSE E EXERCÍCIO EM CARGO COMISSIONADO PARA SERVIDOR ATIVO DO QUADRO DO TJ/TO**  *(Resolução TJ-TO nº 02/2014)* |
| --- |
| **I - FICHA CADASTRAL** (*devidamente preenchida*) |
| - Ficha Cadastral (caso esteja faltando alguma informação no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento) |
| **II – DECLARAÇÕES** |
| - Declaração de não acumulação de cargos públicos *(art. 37, XVI e §10 da Constituição Federal)*  *- se SIM*  - Certidão de Vínculo do órgão empregador constando os seguintes dados: cargo, vínculo, carga horária e jornada de trabalho |
| - Declaração de inexistência de relação familiar ou parentesco que importe em prática de Nepotismo *(Resolução CNJ nº 07/2005)* |
| - Declaração sobre exercício da advocacia |
| - Declaração de não participação em sociedade privada |
| - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS |
| **III - CERTIDÕES** |
| [Certidão Negativa da Justiça Federal](file:///C:\Users\A358232\Downloads\Certidão%20Negativa%20da%20Justiça%20Federal) (Cível e Criminal): <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao> |
| [Certidão Negativa de Crimes Eleitorais (TSE)](http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais): <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/> |
| [Certidão de Quitação Eleitoral (TSE)](file:///C:\Users\A358232\Downloads\Certidão%20de%20Quitação%20Eleitoral%20(TSE)): <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor> |
| [Certidão Negativa da Justiça Militar da União (STM)](http://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa): <https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa> |
| [Certidão de processos Cíveis, Criminais e Militar de 1ª instância (nas comarcas onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)  <https://www.tjto.jus.br/servicos/certidoes> |
| [Certidão de processos Cíveis e Criminais de 2ª instância (onde reside ou residiu nos últimos 5 anos)](https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)  <https://www.tjto.jus.br/servicos/certidoes> |
| Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST)  <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> |
| [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU](https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/home.faces)  <https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N> |
| [Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCE-TO:](http://www.tce.to.gov.br/tceacd/certidao/CertidaoNegativa.php) <https://www.tce.to.gov.br/sistemas/acd-certidao-negativa-de-contas> |
| [Certidão Negativa de Condenação por Improbidade Administrativa do CNJ](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)  <https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php> |
| [Certidão Negativa de Débitos Tributários da Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ-TO)](http://www.sefaz.to.gov.br/servicos_cnd.php)  <https://www.to.gov.br/sefaz/cnd-certidao-negativa-de-debitos/7h3xx8lr88vg> |
| Declaração Anual de Bens apresentada à Receita Federal com respectivo recibo de envio ou declaração de isenção, no caso de isento (art. 13 da Lei nº 8.429/92) |

**Declaração de Não acumulação de Cargos Públicos**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que não ocupo, em caráter efetivo ou comissionado, cargo público que vá de encontro ao disposto no Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que estabelece:

"É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários e: I - a de dois cargos de professor

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas"

**Informações Adicionais caso ocupe outro cargo, emprego ou função pública:**

Cargo/Emprego/Função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Órgão/Entidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\*Observação: Servidor deve apresentar Certidão de Vínculo do órgão empregador constando os seguintes dados: cargo, vínculo, carga horária e jornada de trabalho

Está em usufruto de licença, suspensão de contrato de trabalho ou disponibilidade em cargo, emprego ou função pública?

Não.  Sim. Qual o cargo, emprego ou função pública

Qual o Órgão      .

Está aposentado em qualquer cargo, emprego ou função pública?

Não.  Sim. Qual o cargo, emprego ou função pública

Qual o Órgão      .

DECLARO finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade do Art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 do Código Penal de 07 de dezembro de 1940, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Por ser verdade, assino a presente.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

(Nome por extenso ou assinatura pelo GOV.BR

Assinatura:

**Continua...**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução nº 2, de 20 de Fevereiro de 2014 - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/TO) - **Dispõe sobre a documentação exigida para a posse**

*(...) CAPÍTULO I*

*DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE*

*Art. 1º São exigidos para posse de magistrados e de servidores efetivos ou comissionados e para a ocupação de função de*

*confiança, os seguintes documentos, certidões negativas e declarações:*

*II declarações:*

*b) de inacúmulo de cargos...(...).*

Resolução nº 186, 18 de fevereiro de 2014 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

*Art. 1º Alterar o inciso V do § 1º do artigo 5º da*[*Resolução n. 156*](http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=56)*, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art.5º.........................................................................................................*

*V - dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão.*

Da Constituição Federal

*Art. 37º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

***a)*** *a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

***b)*** *a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

***~~c~~****~~) a de dois cargos privativos de médico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~ (revogado)*

***c****) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)*

Do Código Penal

*Art. 299º Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (...)*

# Declaração de Parentesco

Eu, NOME, CPF nº      , declaro que em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, tenho cônjuge, companheiro(a) ou parente(s) até terceiro grau que seja Membro(s) do Poder judiciário ou servidor(es) investido(s) em cargo(s) de direção ou assessoramento do Poder Judiciário.

NÃO

SIM

Nome do Parente:                                          Matrícula:

(Tipo de Parentesco): Considera-se parente de até terceiro grau do magistrado/servidor ou de seu cônjuge/companheiro os pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos que estão vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Cônjuge/Companheiro,  Sogro (a), filho (a),

pai/mãe,  bisavô (a),  Avô (a),  Avô (a),

neto (a),  bisneto (a), Irmão (a),  Tia (a),  Sobrinho (a),

Avó (a) do Cônjuge/Companheiro  Bisavó (a) do Cônjuge/Companheiro,

Filho do Cunhado,  Cunhado (a),  Tia do cunhado (a)  Outros

Lotação:

Cargo:

CPF:

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução nº 2, de 20 de Fevereiro de 2014 - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/TO) - **Dispõe sobre a documentação exigida para a posse**

*(...) CAPÍTULO I*

*DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE*

*Art. 1º São exigidos para posse de magistrados e de servidores efetivos ou comissionados e para a ocupação de função de*

*confiança, os seguintes documentos, certidões negativas e declarações:*

*II declarações:*

*d)* de inexistência de relação familiar ou parentesco que importe em prática vedada na [Resolução n° 7, de 18 de outubro de 2005](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187) do CNJ

Resolução Nº 7 de 18/10/2005

Art. 1° É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2° Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

# Declaração sobre Exercício da Advocacia

Eu, NOME, CPF nº      , declaro em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 28 da Lei nº 8 906, de 4 de julho de 1995, que:

NÃO exerço a advocacia, mesmo em causa própria, nos termos dos arts. 27 e 28 da Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994.

SIM exerço a advocacia, mesmo em causa própria, nos termos dos arts. 27 e 28 da Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei n° 8.906, de 1994 - Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

*Art. 27. A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia*.

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: (...);

1. *- membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta; (Vide ADIN 1127-8)*
2. *- ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;*
3. *- ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;*
4. *- ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza; VI - militares de qualquer natureza, na ativa;*

*(...);*

*§1º A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.*

**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE PRIVADA**

NOME, CPF nº      , declaro, para fins de posse em cargo público no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que não/sim participo de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.

Declaro, para os devidos fins, que:

Não.

Sim. Quantas?

1. Empresa:

CNPJ:

1. Empresa:       CNPJ:

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

NOME:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei n° 1.818/2007 – Estatuto dos Servidores

*Art. 134.. Ao servidor é proibido:*

*(...) X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário*

Lei Complementar n° 35, 14 de março de 1979 - Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

*Art. 36. É vedado ao magistrado:*

*I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista;*

*II - exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração;*

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO -TCMS**

Eu, NOME, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do CPF nº      , matrícula\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone      , lotado no

DECLARO ter ciência da minha responsabilidade e firmo o compromisso de não revelar sem autorização, salvo hipóteses legais, quaisquer informações tratadas em reuniões ou contidas em dados, documentos, áudios, imagens ou vídeos armazenado ou que de qualquer forma eu tenha conhecimento, ainda que informalmente, em razão do meu cargo ou função e cuja natureza seja restrita, sigilosa, estratégica, configurem dados pessoais, principalmente os sensíveis, ou, ainda, que possa causar riscos, danos ou repercuta negativamente para o Poder Judiciário do Tocantins. Comprometo-me ainda a:

I - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações acima;

II – não compartilhar senhas ou outra forma de credencial de acesso aos sistemas de informações institucionais;

III – não utilizar as informações ou acessos aos sistemas para fins pessoais, em benefício próprio ou de terceiros, presente ou futuro;

IV - não realizar reprodução fotográfica, filmar ou gravar documentos, audiências ou reuniões sem estar devidamente autorizados;

V - informar imediatamente, independente de dolo ou culpa, sobre qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido;

VI – renunciar às credenciais de acesso aos sistemas de informações de natureza funcional após meu desligamento;

Em caso de dúvidas acerca da natureza confidencial de determinada informação, manter sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente.

Após ler e concordar com as condições acima, cujo descumprimento acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal, nos termos da lei, dato e assino o presente termo.

Palmas-TO, \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

NOME: